URBANISMO E LICENCIAMENTO

GABINETE DA SECRETÁRIA

EDITAL DE COMUNIQUE-SE (SISACOE)

OS ABAIXO RELACIONADOS DEVERAO COMPARECER EM ATE **30 (TRINTA)** DIAS CORRIDOS OU; **60 (SESSENTA)** DIAS CORRIDOS PARA O AUTO DE REGULARIZACAO **(ANISTIA) - LEIS 11.522/94 OU 13.558/03 ALTERADA PELA LEI 13876/04**, A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICACAO.

GABINETE DO SECRETARIO

PROCESSO SQL/INCRA NOME
1994-0059219-1 0000507624742-1 1 SINDICATO DOS EMPR EM ESTABEL BANC DE S.PAULO
1994-0096716-0 0004814600437-1 1 TECNEC PROJETOS TERMICOS E MECANICOS LTDA
2003-1007880-2 0006403900552-1 3 MANOEL JOAQUIM PINTO DA SILVA
2003-1033558-9 0007501601038-1 2 SARAH FARBERAS DRUKER
2003-1040372-0 0005227100152-1 6 ADOLFO FERNANDES ALBUQUERQUE
2004-1010028-1 0019705400457-1 3 ANTONIO CARLOS TRENTINE
2004-1016479-4 0002006603876-1 2 ANGELICA GRILL LTDA
2004-1016280-5 0030603100721-1 3 ALVARO GOMES JUNIOR
2004-1009058-8 0003400600091-1 1 AMELIO MACHIA
2003-1037205-0 0004910100326-1 1 NELSON TAVARES FERNANDES
2003-1031924-9 0010725900082-1 2 MARCELO GODINHO FERRP

COORDENADORIA EDIFIC. USO RESIDENCIAL - SMUL/RESID

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2011-0296876-1 0004514102271-1 5 AMPLITUDE INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA.
2018-0010782-6 0008707600356-1 2 DIALOGO 52 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA
2018-0013442-4 0001003500323-1 6 ABEILLE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
2018-0095749-8 0008115300020-1 1 IDEA EMPREENDIMENTOS SPE 10 LTDA.

COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL -SMUL/SERVIN

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2012-0127014-2 0001107301556-1 10 LUIS SERGIO CINTRA
2014-0010177-4 0001610500016-1 12 PSJ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2016-0195283-6 0011523503113-1 8 COLEGIO PALMARINO CALABREZ LTD
2016-0157693-1 0004107900101-1 2 VITFER ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL -SMUL/COMIN

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2017-0109345-2 0011227600861-1 9 ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S/A CASAS PERNAMBUCANAS

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2003-0024884-5 6383580367060-2 4 ROBERT GORDON BEER
2018-0080417-9 0011015500276-1 2 ANDRE LUIS VITA CAMACHO
2018-0077577-2 0003007900311-1 1 WELLINGTON JOSE DE LIMA
2018-0052272-6 0011045600872-1 2 GUAXUMA PROJETOS IMOBILIARIOS SPE LTDA
2018-0038738-1 0007035200053-1 2 MARCO ANTONIO DOMINGOS
2018-0035053-4 0007206400132-1 1 VILA REAL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.
2018-0031054-0 0005106600723-1 1 SHIRLEY GERALDA VELASXO
2015-0330833-9 6383580805602-2 1 LUCIANA FERRONATO

COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO -SMUL/SEGUR

PROCESSO SQL/INCRA NOME
2010-0353906-4 0011400400065-1 12 ASSOC. BRAS. DE EDUCACAO E CULTURA - ABEC
2012-0150927-7 0010200700196-1 8 POSTO DE SERVICOS GABIMAR LTDA
2013-0151398-5 0001610609451-1 2 CONDOMINIO EDIFICIO CITY HALL
2017-0140647-7 0010160901080-1 26 POSTO BATALHA LTDA
2017-0153064-0 0011820600271-1 17 POSTO DE SERVICOS TROVAO LTDA
2017-0159134-7 0006855300286-1 23 AUTO POSTO DE SERVICO MARV LTDA
2017-0171672-7 0011934902534-1 249 CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
2018-0098042-2 0008737900552-1 67 cecilia rodrigues maia
2018-0074200-9 0008625101747-1 19 GABRIEL CEPEDA GONCALVES
2018-0061936-3 0008923900303-1 12 SERVICENTER AUTO POSTO GRAN PARA LTDA
2018-0061883-9 0008815819525-1 10 QUINTA MARCHA AUTO POSTO LTDA
2018-0061418-3 0008635900146-1 32 AUTO POSTO DUQUE SUECIA LTDA
2018-0059317-8 0013232500241-1 19 SHEILA AUTO POSTO LTDA
2018-0058008-4 0011139300082-1 14 AUTO POSTO ANA CAROLINA LTDA
2018-0057632-0 0016203500045-1 17 AUTO POSTO PATINHO FEIO LTDA
2018-0057581-1 0008245700916-1 13 AUTO POSTO INOVA LTDA
2018-0104993-5 0030607901877-1 220 COPAG DA AMAZONIA S/A
2018-0104042-3 0007328300043-1 412 HFD PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI - ME
2018-0103248-0 0002111500011-1 141 PRAZERES DA MESA SOCIEDADE SIMPLES
2018-0052971-2 0011271100281-1 2 AUTO POSTO MAR VIDA LTDA
2018-0052016-2 0010413000345-1 12 POSTO DE SERVICOS AUTOMOTIVOS CALOVINI LTDA
2018-0046845-4 0030410000482-1 540 INTERNACIONAL RESTAURANTE DO BRASIL LTDA
2018-0043079-1 0004125400407-1 43 AUTOPOSTO BAND 1 LTDA
2018-0032626-9 6383580080446-2 10 MTU DO BRASIL LTDA
2018-0031639-5 0010129800200-1 25 ARGETAX ADMINISTRACAO E PARTIC EM EMPREENDIMCOM.
2018-0029158-9 0030107000293-1 157 COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
2018-0027943-0 0029903300385-1 18 AUTO POSTO 710 LTDA
2018-0026623-1 0003219900127-1 13 A. AZEVEDO INDUSTRIA E COMERCIO DE OLEOS LTDA.
2018-0023463-1 0002707400742-1 19 VISAO AUTO POSTO LTDA
2018-0020119-9 0003105400443-1 16 AUTO POSTO EMELYN LTDA.
2018-0020117-2 0023401900011-1 12 NOVO MILENIO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
2018-0014313-0 0029914000191-1 7 CENTRO AUTOMOTIVO CARIOCA DA GEMA LTDA
2018-0000172-6 0029901102276-1 18 ITAU UNIBANCO S/A
2017-0186643-5 0001108400205-1 7 AUTO POSTO PACAEMBU LTDA
2017-0185469-0 0017102700163-1 12 PORTAL DO PARAISO POSTO DE SERVICOS LTDA
2017-0168194-0 0002800800194-1 8 EDSON MOSART AMISCI
2017-0158071-0 0015011600288-1 7 ROVIER TRANSPORTES E REVENDA DE COMBUSTIVEL LTDA.
2017-0141605-7 0025302700016-1 2 AUTO POSTO PORTAL SAPOPEMBA LTDA
2016-0267404-0 0006416300680-1 6 FUNDACAO LAR DE SAO BENTO - CJ D. MACARIO
2014-0017044-0 0004926500019-1 22 AUTO POSTO ALENCAR LTDA.
2013-0338311-6 0005208000016-1 1 SABESP
2011-0288192-5 0010200700196-1 7 POSTO DE SERVICOS GABIMAR LTDA

SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

RESOLUÇÃO SMUL.AOC.FUNDURB.006/2018 PUBLICADA NO D.O.C. DE 09/09/2018, PÁG. 75

Onde se lê:

ANEXO I - PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO 2019 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Leia-se:

ANEXO I - PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO 2018 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Republicada por ter saído com incorreções.

RESOLUÇÃO SMUL.AOC.FUNDURB.007/2018

Aprova a alteração do Plano Anual de Aplicação 2018 do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB.

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 16.050/2014 (Plano Diretor Estratégico – PDE) e o Decreto Municipal 57.547/2016;

O Plenário do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FUNDURB, nos termos do Art. 342 do PDE, em sua 14ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2018, por unanimidade,

RESOLVE:

I – Aprovar a alteração no Plano Anual de Aplicação para o exercício 2018 do FUNDURB da SEHAB, como consta no ANEXO I.

ANEXO I
PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO 2018
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

quadro II

objeto	Res.006/2018	Res.007/2018
1. Urbanização de Favelas. Heliópolis Sabesp 2 e Serviços Técnicos Especializados	4.178.366,76	4.178.366,76
2. Urbanização de Favelas. Favelas. Heliópolis – Gleba G, Condomínio B	2.415.527,00	2.415.527,00
3. Serviços Técnicos. Gerenciamento Técnico [GER]	2.817.950,00	2.817.950,00
4. Serviços Técnicos. Gerenciamento Social	1.180.541,66	1.180.541,66
5. Aquisição de Imóveis. Barão de Antonina [HAB]		
6. Aquisição de Imóveis. Jorge Rubens Neiva De Camargo (Lote 12) [HAB]		
7. Aquisição de Imóveis. Vicente Pereira De Assunção (Lote 6) [HAB]		
8. Aquisição de Imóveis. Zike Tuma 2 [HAB]		
9. Aquisição de Imóveis. Miguel Yunes [HAB]		
10. Aquisição de Imóveis. João Barreto de Menezes [HAB]		
11. Aquisição de Imóveis. P006 - Giovanni Gronchi 3.480 [HAB]		
12. Aquisição de Imóveis. P012 - Francisco Carvalho 445 [HAB]		
13. Aquisição de Imóveis. P014 - Flávio Maurano 1.110 [HAB]		
14. Aquisição de Imóveis. Fernão Dias [HAB]		
15. Aquisição de Imóveis. Edifício Conselheiro Furtado 90-96 [HAB]		
16. Aquisição de Imóveis. Edifício Aurora, 519 [HAB]		
17. Aquisição de Imóveis. Edifício São João, 247 [HAB]		
18. Aquisição de Imóveis. Edifício Conselheiro Nébias 314 [HAB]	0,00	0,00
19. Aquisição de Imóveis. Edifício Penaforte Mendes, 30 [HAB]		
20. Aquisição de Imóveis. Edifício Rua José Bonifácio, 135 / 137 [HAB]		
21. Aquisição de Imóveis. Colombo [HAB]		
22. Aquisição de Imóveis. Edifício Praça da Bandeira [HAB]		
23. Aquisição de Imóveis. Forte do Rio Branco I [HAB]		
24. Aquisição de Imóveis. Projeto Redenção [HAB]		
25. Aquisição de Imóveis. Com. Taylor - Petrobrás [HAB]		
26. Aquisição de Imóveis. Abraão Calux [HAB]		
27. Aquisição de Imóveis. Edifício São João [HAB]		
28. Aquisição de Imóveis. Edifício Aurora [HAB]		
29. Aquisição de Imóveis. Barreira Grande [HAB]		
30. Aquisição de Imóveis. Catumbi [HAB]		
31. Construção de Habitação de Interesse Social -Heliópolis – Gleba G, Condomínio B - Eletropaulo	348.271,58	348.271,58
32. Construção de Habitação de Interesse Social – Estrada das Lágrimas	376.563,00	376.563,00
33. Aquisição de Imóveis. Jardim Colombo [Pastor]	165.000,00	165.000,00
34. Aquisição de Imóveis. Jardim Colombo [Igreja]	165.000,00	165.000,00
35. Aquisição de Imóveis. Jardim Colombo [Primeiro Trecho]	492.000,00	492.000,00
36. Aquisição de Imóveis. Antonio Sampaio [Indenização e Custas] [HAB]		
37. Aquisição de Imóveis. Edifício Assunção 104 – Custas [HAB]		
38. Aquisição de Imóveis. Edifício Conselheiro Carrão 202 [Custas] [HAB]		
39. Aquisição de Imóveis. Edifício São Francisco 77-81-95 [Custas] [HAB]		
40. Aquisição de Imóveis. Edifício São João 1.492 [Custas] [HAB]		
41. Aquisição de Imóveis. Edifício São João 578, 582, 588 [Custas] [HAB]		
42. Aquisição de Imóveis. Edifício Sete de Abril 351-353-361-365 [Custas] [HAB]	58.608.000,00	58.608.000,00
43. Aquisição de Imóveis. Forte do Rio Branco I [Lotes 9-10-11] [Indenização e Custas] [HAB]		
44. Aquisição de Imóveis. Francisco Carvalho 445 [Custas] [HAB]		
45. Aquisição de Imóveis. Flávio Maurano, 1.110 [Custas] [HAB]		
46. Aquisição de Imóveis. Phobus [Indenização e Custas] [HAB]		
47. Aquisição de Imóveis. Projeto Redenção / Cracolândia [Q37 e Q38] [Fase 2 Indenização e Custas] [HAB]		
48. Aquisição de Imóveis. General Rondon, 52 [HAB]	0,00	
49. Construção de HIS. Viela da Paz	10.400.000,00	10.400.000,00
50. Construção de HIS. Lidiane / Bamburral	5.500.000,00	5.500.000,00
51. Construção de HIS. Paraisópolis / Sanfona – Fase 1 (Condominio M)	4.960.780,00	4.960.780,00
total	**91.608.000,00**	**91.608.000,00**

valores em r$

HABITAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO-7ª GESTÃO

Data da Reunião: **28 de agosto de 2018**

Local: Viaduto do Chá nº 15 – Auditório do 7º Andar do Gabinete do Prefeito – Centro – SP

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano 2018, às 10h00, nas dependências do Auditório do 7º Andar do Gabinete do Prefeito, Viaduto do Chá, nº 15, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão 2018/2020, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as)**: Adelcke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais); Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia); Alexandre Marques Tirelli (SCIESP); Aloísio Barbosa Pinheiro (SEHAB); Álvaro Augusto Andrade Vasconcelos (APEOP); Anderson Fernandes Guahy (CTB-SP); Annamaria Martins Brandão Furlani Braia (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo); Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho); Carolina Rafaella Ferreira (SECOVI-SP); Cláudio Alexandre Sena Rei (OAB-SP); Daniela Fajer Rosa (SASP); Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP); Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo); Débora Andrade Silva (SCIESP); Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Denise Antonucci (Universidade Presbiteriana Mackenzie); Edson Brasil da Silva (COHAB); Élcio Sigolo (SINDUSCON-SP); Eliude Nicolau Araújo (Movimento pelo Direito à Moradia – MDM); Fabio Chesine Sola (CEF); Felícia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chácara do Conde – Fase 1); Fernando Augusto Marques Cera (CEF); Fernando Chucre (SEHAB); Guilherme Leme Perazza (APEMEC); Ilzângela Keila de Almeida Rex Lampariello (SIURB); Janaina Nascimento (APOIO – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste); Jeremias das Neves (Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP); João Bosco da Costa (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo – ADOCC-SP); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC – Associação Movimento Sem Teto do Centro); José Amaral Wagner Neto (SEHAB); José André de Araújo (Associação de Moradores do Jd. Manacá da Serra e Adjacências); José Carlos Espírito Santo Murilo (CUT-SP); José de Anchieta Rocha Júnior (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça); José Eduardo Villela Santos (SIURB); José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis); José Toledo Marques Neto (SEHAB); Joselia Martins Pereira (APOIO – Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste); Juliana Jacometto Marchi (COHAB); Lucas Daniel Ferreira (IAB-SP); Luciana de Oliveira Royer (FAU-SP); Manoel dos Santos Almeida (MDF – Movimento de Defesa do Favelado – Região Episcopal Belém); Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste); Maria Aparecida Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo); Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Maria de Lourdes Zuquim (FAU – SP); Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antônio dos Santos, União e Adjacências – UMVASA); Maria Fernanda Avila de Sousa da Silveira (CAU – SP); Maria Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo); Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Batista); Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo); Mariza Alves Figueiredo (SF); Mariza Dutra Alves (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste – Residencial City Jaraguá); Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Dignidade); Mônica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Luas de Cortiços e Moradia); Nunes Lopes dos Reis (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais); Olivar Irapuam da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo – CTB-SP); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Universidade Presbiteriana Mackenzie); Regina Maria Martins Mesquita (Secretaria Municipal de Gestão); Rosa Maria Eiras (OAB-SP); Roseli Magalhães Cunha (Secretaria Municipal de Gestão); Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP- Instituto de Arquitetura do Brasil – Departamento de São Paulo); Sandro Barbosa de Oliveira (Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado); Sheila Cristiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Parque Otero); Silas Faria de Souza (SEHAB); Silvia de Mesquita Rodrigues de Freitas (SEHAB); Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIG – Centro de Promoção Resgate à Cidadania Grajaú – Paulo VI); Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU-SP); Wagner Meggiolaro Frencl (CDHU); Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis); Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais – AMMDDS); Wilson Cabral da Silva (SF) e Yara Cunha Costa (SP Urbanismo). **Ausentes os (as) conselheiros (as)**: Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo – ADOCC-SP); Alexsandro Peixe Campos (COHAB); Andréia Leal Ferro (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo); Arlete dos Anjos Grespan (SMUL); Bruna Fábio Antunes (SMTE); Humberto Emmannuel Schimidt Oliveira (CDHU); José André de Araújo (Associação de Moradores do Jd. Manacá da Serra e Adjacências); Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Leonardo Amaral Castro (SP Urbanismo); Luís Octavio da Silva (PROCENTRO); Márcio Jeha Chede (SECOVI-SP); Maria Isabel Rodrigues Paulino (PROCENTRO); Paula Carvalho Paschoal Raulino (Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado); Regina Helena Nader (SMUL); Samira de Jesus Barboza de Souza (União dos Moradores das Vilas Antônio dos Santos, União e Adjacências – UMVASA) e Tamara Furman Burg (SMTE). **Ausências Justificadas**: João Batista Gomes (CUT-SP); Mariana Estevão de Souza Moraes (SASP). **Pauta da Reunião**: 1) Apresentação dos Conselheiros e suas expectativas com a participação no Conselho; 2) Atribuições e Competências do Conselho Municipal de Habitação e Importância da relação do Conselho Municipal de Habitação com outros colegiados - Secretário Adjunto de Habitação; 3) Indicação de Conselheiros para a Comissão Executiva do CMH, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 3º da Resolução do CMH nº01-2003, que trata do Regimento Interno do CMH; 4) Indicação de Conselheiros do CMH para outros Conselhos: Comissão de Avaliação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social - CAHEIS– da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (indicação do segmento dos Movimentos Populares); Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI - da Secretaria Municipal de Habitação; Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU – da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB - da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, 5) Proposta de Agenda das Reuniões do CMH e da Comissão Executiva do CMH para 2018. O Sr. Aloísio dá início aos trabalhos. **Sr. Aloísio** - Antes de iniciarmos nossa pauta, iremos dar a palavra ao Chefe de Gabinete da CDHU, para seu devido pronunciamento. **Sr. Wagner** -Bom dia. Represento a CDHU aqui, a pedido do presidente. Tenho que dizer que é inspirador ver a participação de todos os senhores em debates relacionados à habitação. Trabalhamos nisso todos os dias, incessantemente. A CDHU promove agora, no mês de setembro, um novo programa, um novo lançamento, trazendo a participação das comunidades, das associações e dos movimentos organizados na CDHU para debater o que será esse novo programa. É uma ideia muito interessante. Todos os senhores estão convidados. O Chucre, a prefeitura, sempre foram e serão parceiros do Estado, principalmente, na atuação aqui, no centro da cidade, e na Grande São Paulo. Nas imediações a CDHU já está atuando, mas, aqui, em particular, no centro, vamos intensificar esses esforços. Estão todos convidados. Agora, na primeira semana, vamos anunciar e convocar. E essa parceria com a prefeitura irá vingar com certeza aqui, no centro da cidade, e nas áreas adjacentes. Com certeza, as associações, as comunidades, os movimentos, vão ter, como vejo que têm aqui, na prefeitura, o canal aberto e direto com a presidência e com a diretoria. Agradeço a oportunidade de estar aqui. Para mim é motivo de muita alegria. Muito obrigado. **Sr. Fernando Chucre** – Temos aqui o cartaz confirmando; nos dias 29 e 30, acontecerá o evento do BID, que começa na quarta-feira, das oito às dezoito horas, e na quinta, das oito às dezoito horas. São vários painéis. E vou deixar até um cartaz desse aqui, na porta, se alguém quiser depois fotografar as informações, e vai ser no anfiteatro da Unifesp, na Rua Botucatu, 862, na Vila Clementino, em São Paulo. Aqui estão os assuntos. E pelo site do BID também os senhores podem pegar mais detalhes. Lá estão todas as informações a respeito desse seminário. Obrigado. **Sr. Aloísio** - Peço a atenção de todos no telão para que possamos apreciar a nossa pauta com mais agilidade. A nossa pauta tem cinco painéis, dentre eles, as atribuições e competências do Conselho Municipal de Habitação e a indicação dos conselheiros para as comissões temáticas e para a Comissão Executiva do próprio Conselho. Essa apresentação também estará disponível em nosso site. Sobre as atribuições e competências do Conselho Municipal de Habitação, o Conselho Municipal de Habitação influencia diretamente nas decisões de políticas habitacionais da Cidade de São Paulo. Visa quatro grandes eixos: estabelecer, acompanhar, controlar e avaliar as políticas habitacionais. O Conselho foi instituído pela Lei Municipal nº 13.425/02, e tem caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo. Assegura o espaço de participação na política habitacional na cidade, para todos os segmentos da sociedade. Sobre o eixo de participar e elaborar os planos e programas de política habitacional de interesse social e fiscalizar a sua implementação, tanto do plano de aplicação de recursos financeiros, oriundos das fontes diversas, tanto do governo federal, estadual e municipal, repassados por meio de convênios internacionais consignados na Secretaria Municipal de Habitação. Também delibera sobre as diretrizes, estratégias e prioridades do plano e programas de políticas habitacionais de interesse social. Também visa a possibilitar a ampla informação à população, às instituições públicas e privadas sobre temas e questões atinentes à política habitacional. As competências do Conselho também se referem a estimular, a fomentar a participação e controle popular sobre a implementação das políticas públicas habitacionais e desenvolvimento urbano. Acompanhar e avaliar a gestão econômica, social, financeira dos recursos e o desempenho dos programas aprovados. E também tem a competência de fiscalizar a movimentação, a transferência, desses recursos financeiros aos programas habitacionais. A competência do CMH é também constituir grupos temáticos e comissões especiais quando julgar necessário. Convocar a conferência municipal de habitação e estabelecer relações com os órgãos, conselhos e fóruns municipais, afetos à elaboração do orçamento municipal e definição de políticas urbanas. Articula-se com as demais instâncias de participação popular no município e definindo critério de atendimento, de acordo com as diferentes realidades e problemas que envolvam a questão habitacional do município. Então, observamos, nesse conjunto de slides, que todos os verbos núcleos estão dentro de um box. Esse é um verbo de ação do Conselho. O Conselho não é apenas participativo. É um Conselho deliberativo, com um caráter fiscalizador. Então, essa é a competência de cada conselheiro, titular ou suplente. E como está a composição desse Conselho? Percebemos no infográfico que a Chapa 110 formou dez cadeiras de representação; a Chapa 120 formou três cadeiras de representação; a Chapa 130, duas, e a Chapa 140, uma. A última eleição foi referente às chapas organizadas para a organização dos movimentos habitacionais da Cidade de São Paulo. O Poder Público também está representado em 16 cadeiras e a Sociedade Civil também. O Poder Público vai se subdividir em alguns órgãos, que é Secretaria Municipal de Habitação, a COHAB, a Secretaria de Gestão, a Secretaria de Trabalho, a Secretaria de Licenciamento, a SP Urbanismo, a Secretaria de Fazenda, a Secretaria de Obras, a Caixa Econômica Federal, a Secretaria Estadual de Habitação e CDHU. A Sociedade Civil tem sua representação da seguinte forma: o setor empresário, as entidades de classe, os sindicatos, as universidades e as ONGs. O que é a Comissão Executiva? Após a nossa explicação sobre a Comissão Executiva, faremos a indicação de seus titulares e suplentes nessa representação. Ela é formada a partir dos membros do CMH; tem a função específica de acompanhar a gestão do Fundo Municipal de Habitação e possui nove membros titulares, sendo três deles natos e nove membros suplentes, eleitos em seus pares agora, na primeira reunião ordinária do CMH. A competência da Comissão Executiva, os verbos núcleos irão estabelecer esses eixos, essas diretrizes em suas competências. Então, primeiro, visa a estabelecer as diretrizes e programas de alocação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei nº 11.632, de 1994, em consonância com a política municipal de habitação. Outra diretriz: encaminhar e aprovar anualmente a proposta de orçamento do Fundo para seu plano de metas. Também visa a aprovar as contas do Fundo Municipal de Habitação, antes do seu envio aos órgãos de controle interno. Também tem a competência de dirimir eventuais dúvidas quando da aplicação das diretrizes e normas estabelecidas no Fundo, nas matérias de sua competência. Então, os membros indicados pelo próprio Conselho terão essas atribuições dentro da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação. Também tem por competência definir normas e procedimentos em condições operacionais, fixar a remuneração de órgãos operadores do FMH e apreciar os atos ad referendum que designam a respeito da gestão e programas e projetos do Fundo Munici-

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 27 de outubro de 2018 às 02:15:56.

pal de Habitação, agora, após a primeira reunião do Conselho. A Secretaria Executiva é exercida pelo Secretário Adjunto da Habitação e está subordinada diretamente ao Presidente do Conselho, nosso Secretário Fernando Chucre. E a Comissão Executiva também é assistida, é assessorada por um grupo de apoio para exercício de suas competências legais integradas por técnicos tanto da SEHAB quanto da COHAB. As competências da Secretaria Executiva estão definidas em oito grandes eixos. O primeiro: agendar reuniões e encaminhar aos conselheiros, dentro dos prazos estabelecidos, as documentações relativas às matérias das pautas. Também expedir atos de convocação para reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho. Também prepara e encaminha as pautas, de acordo com os assuntos definidos pelo Conselho e faz o trabalho de secretariado das reuniões. Prepara as matérias e controla as publicações de todas as decisões do Conselho Pleno, no Diário Oficial da Cidade, bem como das contas do FMH, e os pareceres técnicos daquele grupo de apoio aos conselheiros no prazo máximo de trinta dias. A Secretaria Executiva também tem o papel de assessorar o presidente em assuntos referentes ao Fundo e ao Conselho, tomar as providências necessárias junto à SEHAB e à COHAB, de modo a garantir emissão dos relatórios e acompanhamento da movimentação dos recursos do Fundo e o desempenho dos programas e prazos estabelecidos pelo Conselho. Também tem por competência levantar e sistematizar as informações que permitam ao Conselho Pleno estabelecer as diretrizes e aprovar os programas de alocação de recursos financeiros e orçamentários do Fundo Municipal de Habitação, bem como acompanhar e avaliar os ganhos, as receitas sociais, e o desempenho dos programas e projetos aprovados. Também tem por competência submeter à aprovação do secretário de habitação as propostas de operações devidamente acompanhadas, de parecer sobre a disponibilidade de recursos, e o enquadramento nas diretrizes e nos programas estabelecidos pelo Conselho. As nossas reuniões são bimestrais. Do Conselho Pleno também é a cada dois meses. Entre uma reunião e outra, temos a reunião da Comissão Executiva. A data de envio da convocatória aos conselheiros tem por prazo de antecedência mínima de dez dias, com definição da pauta da futura reunião. Os senhores receberam tanto por correspondência eletrônica, e-mail, quanto por via postal. As solicitações de voto são as matérias propostas pelos conselheiros para serem objetos de deliberação nas reuniões. Devem ser encaminhadas à Secretaria Executiva pelo menos quinze dias antes da reunião do Conselho, para que sejam incluídas na pauta da reunião. Das reuniões. O direito a voz e voto. Esse direito é garantido a cada conselheiro, direito a voz e a voto nas reuniões do Conselho Pleno e também na Comissão Executiva. O conselheiro suplente somente tem direito a voz e voto na ausência justificada do titular, bem como na hipótese de assumir o cargo na perda de mandato do titular. A ausência justificada é considerada aquela que foi devidamente comunicada por escrito à Secretaria Executiva do Conselho pelo titular ou pelo suplente. Até o início da reunião ou até a primeira data posterior da reunião programada do Conselho Pleno. A perda do mandato se dá nas seguintes hipóteses: não comparecimento a três reuniões ordinárias ou extraordinárias, ausências consecutivas, sem justificativa por escrito a ser apresentada na secretaria do Conselho; por acometimento de doença grave que o impeça de exercer suas funções; por renúncia expressa; por decisão judicial condenatória transitado em julgado de crimes contra a vida, contra a administração pública, ou referente à improbidade administrativa; pela prática de atos que firam o decoro necessário para o exercício da função pública que lhe foi atribuída, mediante a deliberação de no mínimo dois terços do Conselho, (existe um quórum qualificado quando se fere o decoro e a comissão disciplinar verificará isso); e quando deixar de representar a entidade que o elegeu. Sobre o Fundo Municipal de Habitação. O Fundo é uma das fontes de recurso para viabilizar os programas habitacionais da Cidade de São Paulo. Ele foi criado pela Lei nº 11.632/94, e tem uma rubrica específica, uma dotação orçamentária à qual são carregados também os recursos repassados pelos municípios decorrentes da elevação das alíquotas de tributos federais ou estaduais e sempre que na origem estejam vinculados ao incremento de produção habitacional. Pode também ser influenciado por um crédito suplementar a ele destinado e também por multas, correções monetárias e juros, em decorrência de outras operações e também do retorno de resultados de suas próprias aplicações. O Fundo também tem por contribuição de doação e outras origens. As origens orçamentárias da União, do Estado, destinadas a programas habitacionais podem ser aplicadas diretamente no Fundo Municipal de Habitação. Derivadas de operações interligadas na forma regulamentada em lei, próprias de operações em parceria com o setor privado, voltadas exclusivamente à produção de empreendimentos habitacionais, os originários de empréstimos concedidos por autarquias, empresas ou da administração indireta do município, direcionados a programas habitacionais de interesse social, voltados a seus servidores. Outros recursos destinados a programas habitacionais e provenientes de empréstimos internos e externos. Então, todos esses mecanismos estão à disposição para aporte, para aplicações no Fundo Municipal de Habitação. Agora, vamos para a questão da indicação dos conselheiros para a Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação, Conselho Pleno. Vou pedir que os conselheiros se organizem para fazer as devidas indicações. Antes, irei dizer quem são os membros titulares e suplentes da 6ª Gestão e que, por uma questão de alternância de representação, sugerimos a indicação de novos membros. Mas é uma sugestão. O Poder Público é representado por três membros natos: o secretário municipal de habitação, o secretário adjunto de habitação e o presidente da COHAB. O Poder Público se faz representar por esses três membros natos. A Sociedade Civil tem um representante das associações ou sindicatos patronais da cadeia produtiva da indústria da construção civil. Atualmente, exercida pelo Marco Antônio Florenzano, da APEMEC, e por seu suplente, Ronaldo Cury, do SINDUSCON. A Sociedade Civil tem por representação agora, na 7ª Gestão, a APEOP, APEMEC, SINDUSCON e SECOVI. A sugestão é que a APEOP e o SECOVI representem agora, na 7ª Gestão. **Sr. Élcio** - Pode ser na suplência o SINDUSCON. **Sr. Aloísio** - A APEOP aceita ser titular? O representante da APEOP será o membro titular, representando a Sociedade Civil. SINDUSCON fica na suplência. Perfeito. Os representantes das universidades ligadas à área habitacional para a 7ª Gestão são a FAU e o Mackenzie. Os representantes estão no auditório. Atualmente, a Luciana de Oliveira Royer, representante da FAU-SP, é a titular. Seu suplente é a Fabiana Alves Rodrigues, da PUC. Indicaram-se FAU, como titular, e Mackenzie como suplente. Nome do titular da FAU: Maria de Lourdes Zuquim. E da Mackenzie: Denise Antonucci. Escolhidos os representantes das universidades. **Sra. Violeta** - Somos representantes do CAU São Paulo e gostaríamos de nos habilitar também nessa representação das entidades profissionais na área habitacional. CAU São Paulo. Obrigada. **Sr. Aloísio** - CAU São Paulo. Foi acolhida a sugestão. Vamos para a devida deliberação. O representante das entidades profissionais ligadas à área habitacional é o IAB e o SCIESP, antes representados pela titular Thabata Kaoru Yamauchi, do SCIESP, e pelo seu suplente, Ana Teresa Siqueira de Carvalho, da SASP. Isso já foi definido no processo eleitoral. Acho que agora não cabe a habilitação dessa entidade, do CAU. **Sra. Violeta** - Mas aqui são sugestões, conforme o senhor disse no início, da alternância. Então, estamos sugerindo o CAU fazer parte dessa possibilidade de representação, o CAU São Paulo. Porque eu acho que aqui se faz a deliberação e pode até ir para a votação dos que se habilitam. **Sra. Ana Maluf** – Em 15 de dezembro, fizemos um edital para o Poder Público, Sociedade Civil e Movimentos Populares, pedindo o cadastramento das entidades para participarem do processo de cadastramento, para se habilitarem no Conselho Municipal de Habitação. E desse processo todo de habilitação, que se iniciou em janeiro de 2018, tivemos vacâncias na Sociedade Civil. Como houve vacâncias, adotou-se um procedimento, que sempre é adotado pelo Conselho, de convidar entidades ligadas às vacâncias para ver se queriam participar. O CAU foi um dos convidados. Habilitou-se e está cadastrado. Então, houve esse cadastramento. Para cada entidade que se cadastrou, abrimos um processo administrativo com todas as documentações que as entidades forneceram. O CAU está perfeitamente habilitado. Agora, estamos nessa fase da reunião, de formar a Comissão Executiva. Na lei está escrito que, para fazer parte da Comissão Executiva, temos os secretários natos, o Poder Público é o secretário, o secretário adjunto e o presidente da COHAB, que são membros natos. Isso está na resolução do Conselho. Da Sociedade Civil, está taxativamente escrito no regimento que é um representante das associações dos sindicatos patronais da cadeia produtiva, e, nesse sentido, as entidades que temos são APEOP/APEMEC, que entraram uma titular e outra suplente, e SINDUSCON e SECOVI. Então, aqui tem que ser escolhida uma associação, um outro das universidades, e um outro das entidades profissionais da área habitacional, que o IAB e o SCIESP se candidataram e foram cadastrados como entidades profissionais da área habitacional. O CAU está cadastrado em outro ramo dentro da legislação, em outro item que não é esse. Vou consultar o item aqui, secretário. Ele não está cadastrado aqui como entidade da área profissional. São essas duas entidades. A resposta está aqui, no próprio termo de posse, que os senhores assinaram. O CAU está representando o conselho de categoria profissional da área habitacional. É o inciso XIII, da lei que rege o Conselho. **Sra. Violeta** - Então, o CAU pode entrar nessa categoria? **Sra. Ana Maluf** – A senhora está certa, Violeta. **Sra. Daniela Fajer** - Falo pelo Sindicato dos Arquitetos. Gostaria de verificar também a possibilidade de o sindicato entrar no representante das associações, dos sindicatos patronais da cadeia produtiva, por favor. **Sra. Ana Maluf** – Estamos respeitando a forma como os senhores se cadastraram. No cadastramento os senhores não se cadastraram nessa categoria. Os senhores se cadastraram na categoria das entidades sindicais dos trabalhadores da construção civil. Isso porque muitos fizeram alguns arranjos para poderem participar vários sindicatos no processo. O que foi assinado pelo presidente do sindicato foi nesse sentido que os senhores se cadastraram. E é nesse sentido que tem que ser respeitado. **Sra. Daniela Fajer** - Então, podemos? **Sra. Ana Maluf** – Não. **Sr. Aloísio** - Esclarecida a dúvida, Violeta. O CAU também pode participar. Está habilitado a concorrer nesse momento na representação das entidades profissionais da área habitacional. O representante do IAB se encontra no auditório, bem como o representante do SCIESP e o representante do CAU. Atendendo à sugestão de alternância da representação, estamos sugerindo que tanto o CAU quanto o IAB façam parte como representantes das entidades profissionais. Tudo bem? CAU, já tem seu representante? **Sra. Violeta** - Maria Fernanda é a titular. Ela se candidata à Comissão Executiva. E eu na suplência. **Sr. Aloísio** - A suplência é de outra entidade. Entre o IAB e o CAU? **Sra. Ana Maluf** – Não sei se compreenderam. Aqui, uma pessoa, do IAB ou do CAU, vai ser o membro titular. E a outra pessoa, do IAB ou do CAU, vai ser o suplente. Então, o que têm que escolher? Entre a senhora, Maria Fernanda, e a Violeta, quem irá participar e se na qualidade de titular ou de suplente dessa cadeira, e a mesma coisa o IAB. Quem do IAB vai se habilitar, se vai ser titular ou suplente. **Sr. Aloísio** - Enquanto os três candidatos às vagas conversam, se organizam, vamos avançar para a questão da representação dos Movimentos Populares. **Sra. Ana Maluf** – Nos Movimentos Populares, na gestão passada, tivemos pessoas representantes na Comissão Executiva de cada chapa que estavam inscritas. Era a Mariza Dutra Alves, titular, e a Edinalva, suplente. A Silvana de Jesus e Rosalvo Salgueiro. A Verônica Kroll e a Edenilda Neves Carneiro. Então, também seria bom os movimentos se organizarem para ver quem serão os candidatos para essa gestão, na Comissão Executiva, do segmento dos Movimentos Populares. **Sr. Aloísio** - Senhores, os Movimentos Populares indicaram três representantes das entidades comunitárias, das organizações populares ligadas à área habitacional: como titular, Maria de Fátima dos Santos, tendo como suplente Tereza Lara; a segunda indicação, para titular, Marisete Aparecida de Souza, tendo como suplente Maria Esther de Sousa; terceira indicação, Jomarina Abreu, como titular, tendo como suplente Mônica Fátima Ziliani. Senhores, precisamos dar continuidade. Peço que se aproximem da bancada os representantes do IAB, do CAU e do SCIESP. Como não houve consenso entre as três entidades que pretendem representar as entidades profissionais na área habitacional, faremos a votação do nosso Conselho. Peço para que todos os conselheiros titulares, com poder de voto, se levantem. Peço que os três candidatos venham até a bancada. Representante do SCIESP, Tirelli, representante da IAB, Samira, e a representante do CAU, Maria Fernanda. Só temos duas vagas. Quem se candidata como titular entre os senhores? **Sr. Alexandre Tirelli** – Podemos ser suplentes. **Sr. Aloísio** - Os senhores podem ser suplentes. Todos os que estão de pé são conselheiros com poder de voto. Vamos à votação. A primeira votação é sobre a titularidade. As duas candidatas concorrem à titularidade, Samira e Maria Fernanda, IAB e CAU. Vamos à apresentação. Com a palavra Samira. **Sra. Samira Rodrigues** - Sou arquiteta e urbanista, representando o IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil. Defendo a instituição estar dentro do Conselho Executivo, vista toda a participação que os arquitetos têm em todo o processo habitacional, em todo o processo de movimento de moradia. E acho muito importante quanto maior representação pudermos ter no Conselho. **Sra. Maria Fernanda** – Sou conselheira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, que reúne todos os arquitetos do Estado. Em nosso Conselho temos também as deliberações e as comissões relativas à parte de assistência técnica da habitação social. Destinamos uma porcentagem da nossa verba para a parte de assistência social. Tivemos editais agora de fomento ao movimento, com participação da Peabiru, da UGT, e a ideia é que o CAU represente os arquitetos na parte da habitação na secretaria executiva. **Sr. Aloísio** - Com as apresentações realizadas, vamos à votação. Peço que só os membros titulares, com poder de voto nesse momento, levantem a mão para a representante do IAB como titular. Foram vinte e quatro votos para o IAB. Peço que levantem a mão quem vota no CAU. Foram seis votos para o CAU. Bem, por maioria, declaramos a representante do IAB como titular da representação das entidades ligadas aos profissionais da área habitacional, Samira Rodrigues de Araújo Batista. Temos mais uma questão, da suplência. Houve uma sugestão para que o Tirelli representasse a suplência, porém o CAU pede novamente que venha a representar como suplente os profissionais da área habitacional. Os que concordam com a proposta do CAU em concorrer à suplência levantem a mão. Senhores, temos o representante dos corretores de imóveis, Tirelli, e temos o CAU, Maria Fernanda, ambos concorrendo à suplência. A proposta é que os corretores de imóveis fiquem na suplência para que haja a pluralidade de segmentos na representação no Conselho. Vou dar oportunidade para ambos de esclarecerem o que fazem, qual a função de cada órgão de classe. **Sr. Alexandre Tirelli** – A entidade que representamos é uma entidade sindical. Todo mundo aqui que é trabalhador sabe o que é um sindicato. Buscamos garantir habitação, buscamos garantir terrenos para serem desenvolvidos empreendimentos, para ser desenvolvida habitação. Então, toda vez que alguém quer uma casa própria, procura o corretor de imóveis. Hoje até para o Minha Casa Minha Vida o corretor de imóveis é procurado. Temos uma história no Conselho de exatamente tentar dar uma contribuição, sair um pouco dessa coisa de só engenheiro, só empresário estar aqui, e trazer a palavra, a voz de quem trabalha realmente com o povo, que é o corretor de imóveis. É isso que fazemos. A entidade existe desde 1937. **Sra. Maria Fernanda** – Temos que entender que a parte de habitação, de urbanismo, da edificação, é fundamentada com os profissionais arquitetos. Não adianta ter só o terreno. Com relação a trabalhar com o povo, trabalhamos diretamente. Fazemos os fomentos às entidades que trabalham com assistência técnica da habitação social. Então, para os senhores entenderem. O trabalho do arquiteto é tão importante quanto o trabalho do corretor, só que eu acho que o arquiteto é mais significativo. Essa é a ideia de trabalharmos em conjunto com o IAB, para ter a representação do arquiteto, que trabalha com habitação social. O CAU representa todos os arquitetos, todas as pessoas que exercem a arquitetura, tanto individualmente, quanto no Poder Público. O IAB é um instituto de arquitetos, uma associação. Então, o CAU tem um âmbito maior de ação a partir do momento em que ele abrange todos os arquitetos do Estado de São Paulo. **Sra. Ana Maluf** – Desculpem, mas estou aqui com o termo de posse novamente. E ele representa o que está escrito no decreto e na lei, então, cada entidade, o que é dentro da legislação do Conselho. Temos os representantes das universidades, que está claro que é FAU e Mackenzie. Temos os representantes de entidades profissionais da área habitacional, que está escrito no decreto, que são o IAB e o SCIESP. Os representantes das entidades sindicais dos trabalhadores da construção civil, SASP. Os representantes das associações e sindicatos patronais da cadeia produtiva da construção civil, APEOP, APEMEC, SINDUSCON e SECOVI. As entidades que prestam assessoria técnica na área habitacional, Peabiru e Usina. As centrais sindicais, que são os trabalhadores do Estado de São Paulo, CTB – SP e a CUT. Os representantes de ONGs que atuam na área habitacional, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e APOIO. Os representantes de conselho de categoria profissional, e nisso foi convidado o CAU, como também foi convidado o CREA. O CREA não aderiu. Ele vinha preenchendo essa cadeira, embora não viesse às reuniões, mas ele tinha essa cadeira. Então, convidamos o CAU. Ele está como conselho de categoria profissional. E o outro conselho de profissional, de direito, que é a OAB. Então, me desculpem, mas, na realidade, é o que está aqui no slide; o IAB e o SCIESP que podem concorrer. **Sr. Aloísio** - Obrigado, Ana. Devido à impossibilidade do pedido do CAU, a suplência ficará para SCIESP, com seu representante Alexandre Tirelli. Quanto aos Movimentos Populares, três representantes das entidades comunitárias. A primeira indicação dos Movimentos Populares foi Maria de Fátima dos Santos. Quanto ao CAHEIS, cabe aqui uma explicação sobre o que é o CAHEIS. No âmbito da política habitacional, os membros do Conselho Municipal de Habitação devem ser indicados para integrar a titularidade e a suplência nos seguintes conselhos. CAHEIS, Comissão de Avaliação de Empreendimentos de Habitação de Interesse Social, vinculado dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Licenciamento. Dois conselheiros que representam segmentos dos Movimentos Populares. O FMSAI, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação. Também dois conselheiros, titular e suplente, no segmento da Sociedade Civil e segmento dos Movimentos Populares. A CMPU, Conselho Municipal de Política Urbana, vinculado à Secretaria Municipal de Licenciamento Urbano, SMUL. Dois conselheiros que representam o segmento dos Movimentos Populares e o segmento da Sociedade Civil, titular e suplente. E o FUNDURB, Fundo de Desenvolvimento Urbano, vinculado à Secretaria Municipal de Licenciamento Urbano. Dois conselheiros que representam os Movimentos Populares. Em breve síntese, o CAHEIS é a Comissão de Avaliação de Empreendimentos Habitacionais, um órgão normativo, consultivo e decisório, sobre a legislação de zonas especiais de interesse social, ZEIS, empreendimentos habitacionais de interesse social e do mercado popular. Está vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento Urbano, a secretaria executiva dos órgãos colegiados. A composição é de oito membros, com seus respectivos suplentes, tanto do Poder Público, quanto da Sociedade Civil. O FMSAI, Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura está vinculado à Secretaria Municipal de Habitação e tem por finalidade apoiar e suportar as ações de saneamento básico e ambiental de infraestrutura do município e aplicar os recursos do Fundo no custeio de obras e serviços de intervenções urbanísticas. Está vinculado à Secretaria Municipal de Habitação e a composição de onze membros e seus respectivos suplentes. A CMPU acompanha a execução da política de desenvolvimento urbano do município e está vinculada por meio do Plano Diretor Estratégico. Está ligada à Secretaria Municipal de Licenciamento e a composição é de sessenta membros titulares, com os respectivos suplentes, representantes do Poder Público e da Sociedade Civil. Por fim, o FUNDURB, Fundo Municipal do Desenvolvimento Urbano, que realiza investimentos em prol de objetivos, diretrizes e planos, programas e projetos urbanísticos ambientais integrantes ou decorrentes do Plano Diretor, conforme previsto na Lei Municipal nº 16.050/14. Está vinculado à Secretaria de Urbanismo e Licenciamento; a composição é de catorze membros, com seus respectivos suplentes e um membro do CMH. Agora, vamos à deliberação dessas comissões temáticas. Para o CAHEIS, os Movimentos Populares indicaram Mariza Dutra, titular, e Adelcke Rossetto Netto, suplente. Com a palavra o representante do SINDUSCON, Élcio. **Sr. Élcio** - Sobre o CAHEIS, entendemos a importância da habitação de interesse social no nosso município e os desafios que encontramos para viabilizar HIS. E a CAHEIS tem um papel de suma importância nesse contexto. Gostaria de fazer uma proposta, que poderia ter ou não a aprovação do Pleno, se for o caso, mas de aumentarmos a participação, pelo menos, em mais uma vaga, do CMH nessa comissão. Que o setor produtivo também tivesse o assento para compartilharmos essa discussão no sentido de contribuirmos coletivamente para alavancar HIS na Cidade de São Paulo. Essa é a minha proposta. **Sr. Aloísio** - Senhores, o SINDUSCON propôs o aumento da representação no CAHEIS. Contudo, ele está vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, SMUL. Não podemos deliberar sobre a comissão que não faz parte nem de SEHAB e tampouco do CMH. O CMH indica representantes para o CAHEIS. Porém, é uma sugestão válida, coerente. O que podemos fazer é criar um documento para que SMUL aprecie esse documento e faça, dentro de sua dinâmica, dentro de seus mecanismos, aumentar a representatividade de CMH naquele Conselho. Acredito que o CMH tenha interesse de que aumente sua representação lá, não só dos Movimentos Populares, mas, como o senhor propôs, do setor produtivo. Coloco para deliberação do Conselho. Os membros que estão de acordo que o Conselho Municipal de Habitação produza um documento solicitando maior representação no CAHEIS permaneçam como estão. Não havendo voto contrário, aprovado. Então, o CMH fará um documento solicitando ao CAHEIS, vinculado à SMUL, que se aumente a representatividade naquele conselho não só pelos Movimentos Populares, mas também do setor produtivo. Perfeito. Sobre o FMSAI, vinculado à Secretaria de Habitação, os Movimentos Populares indicaram, como titular, Miguel Gomes de Lima, e Manoel dos Santos, como suplente. Fátima, os dois são dos Movimentos Populares? Um tem que ser da Sociedade Civil. Não podem ser os dois dos Movimentos Populares. Um tem que ser da Sociedade Civil e o outro dos Movimentos Populares. São duas vagas, uma para titular e a outra para suplente. O CAU quer se habilitar para participar do Fundo. **Sr. Lucas** - Somos do IAB e também queremos pleitear uma representação no FMSAI. **Sr. Aloísio** - IAB solicita representação no FMSAI. **Sra. Luciana Royer** – Sou da FAU-SP. Também pleiteamos uma vaga no FMSAI. **Sr. Aloísio** - FAU-SP se habilita para o FMSAI. **Sra. Ana Maluf** – Na gestão anterior, quem estava no FMSAI era a Edenilda, Movimentos Populares, e Luciana Royer, suplente, da Sociedade Civil. É uma mescla. **Sr. Aloísio** - É uma mescla. **Sra. Maria Fernanda** – Também nos candidatamos. **Sr. Aloísio** - Maria Fernanda pelo CAU. Peço que os candidatos se aproximem da bancada. Sociedade Civil está representada por CAU, IAB e FAU. O representante dos Movimentos Populares? Miguel. Ficou o Miguel como titular. Tudo bem para a Sociedade Civil? Ok. Miguel como titular. Os que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Agora, para a suplência, concorrem CAU, IAB e FAU-SP. Podem se apresentar. **Sra. Maria Fernanda** – Estou me apresentando novamente. Represento o Conselho dos profissionais de arquitetura. E entendemos que há que existir no Fundo um participante com conhecimento técnico, representado por nós. **Sr. Lucas** - Sou representante do IAB, Instituto dos Arquitetos do Brasil. Também entendemos que tem que haver uma representação do instituto no Fundo Municipal. Eu, particularmente, trabalhei no Programa Mananciais, em que tínhamos um contato com o Fundo muito importante e reconheço a importância do Fundo na política habitacional. Então, tenho interesse em representar o instituto junto a esse Fundo. **Sra. Luciana Royer** - Sou da FAU-SP e gostaria só de continuar os trabalhos. **Sr. Aloísio** - Peço que todos os conselheiros titulares com poder de voto se levantem. Os que votam em favor do CAU, levantem a mão. Seis votos para o CAU. Os que votam em favor do IAB, levantem a mão. Vinte e um votos para o IAB. Os que votam em favor da FAU-USP levantem a mão. Sete votos para FAU-SP. A suplência ficará com o IAB, com seu representante Lucas Daniel Ferreira. Senhores, precisamos fazer uma correção sobre a representação do CAHEIS. Mariza Dutra como titular. O seu suplente não é dos Movimentos Populares. Precisamos escolher dentro dos Movimentos Populares um suplente para essa vaga. Não poderá ser representado pelo Adelcke. **Sr. Nunes** - Secretário, se for isso, reforçamos a proposta em relação ao CAHEIS. Nossa proposta vai no mesmo sentido, porque a ideia de ter o Adelcke com o Movimento era que de fato eles indicassem pelo Movimento uma pessoa da assessoria técnica presente, que é o Adelcke no caso. Se não pode regimentalmente, reforçamos então a proposta de aumentar a representatividade no CAHEIS. **Sr. Aloísio** - Perfeito. Proposta reforçada pelo Nunes. **Sr. Manoel dos Santos** - Indicamos Manoel dos Santos como suplente no CAHEIS. **Sr. Aloísio** - Então, Mariza Dutra será a titular e Manoel dos Santos será o suplente. CMPU. Dois conselheiros que representem o segmento dos Movimentos Populares e da Sociedade Civil. Também é uma representação mista. Welita é dos Movimentos Populares. E Maria Aparecida Pontes. Também é Movimentos Populares. **Sra. Violeta** - O CAU se habilita também. **Sr. Aloísio** - O CAU se habilita para CMPU. Alguém mais? **Sra. Daniela Fajer** – Sindicato dos Arquitetos. **Sr. Aloísio** - Também o Sindicato dos Arquitetos. Adelcke irá concorrer também, pela Peabiru. SASP. CAU concorre também. SCIESP também. Alguém mais se habilita? Peço que todos os candidatos se aproximem da bancada. Peço que se apresentem. **Sra. Maria Fernanda** – Só queria destacar a importância do CAU, já que ele representa cinquenta mil arquitetos no Estado de São Paulo e dezesseis mil arquitetos no município. E que com isso temos que ter a representatividade e protagonismo em algumas das comissões. **Sra. Débora** - Represento o SCIESP. Com todo o conhecimento que temos, no atendimento e tudo, podemos ajudar o Conselho. **Sra. Daniela Fajer** – Falo em nome do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo. Gostaria de pleitear a vaga no Conselho de Política Urbana, vista a proximidade que temos da nossa entidade com os Movimentos Populares, com a defesa da assessoria técnica e com a implementação das políticas do Plano Municipal de Habitação. **Sr. Adelcke** - Faço parte de trabalhos de assessoria técnica e acho que temos bastante coisa para contribuir no Conselho de Política Urbana dentro dessa discussão que já fazemos no Peabiru. **Sr. Aloísio** - Vamos à votação. Peço que os conselheiros titulares, com poder de voz, se levantem. Os que votam na representante do CAU, levantem a mão. Nove votos para o CAU. Os que votam no representante do SCIESP, levantem a mão. Um voto para o SCIESP. Os que votam no representante do Sindicato dos Arquitetos. Três votos para o Sindicato dos Arquitetos. Os que votam no representante do Peabiru, levantem a mão. Dezessete votos no Peabiru, Adelcke Rossetto Netto. Venceu o representante do Peabiru. Por último, FUNDURB, Fundo de Desenvolvimento Urbano vinculado à SMUL. Serão dois conselheiros representantes dos Movimentos Populares. Foi indicada Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento, titular, e Alexandre Bonfim, suplente. Os que concordam com a indicação, permaneçam como estão. Bem, senhores, escolhidos os representantes das comissões temáticas, temos agora alguns informes. A próxima reunião do Conselho Pleno se dará no dia 25 de outubro. A próxima reunião da Comissão Executiva se dará no dia 25 de setembro e também no dia 27 de novembro. Essa apresentação e esse calendário estarão disponíveis em nosso site e também em nossas redes sociais. Estamos encerrando a nossa primeira reunião ordinária da 7ª Gestão. Agradeço a presença de todos e a participação de todos os colaboradores que fizeram com que esse evento se tornasse possível. (Encerra-se a reunião)

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 27 de outubro de 2018 às 02:15:56.